

## **EDITAL N  011/2009**

PROCESSO N  027/2009  
MODALIDADE DE LICITA O: PREGÃO  
PRESENCIAL  
TIPO DE LICITA O: MENOR PREÇO GLOBAL  
REGIME DE EXECU O: EMPREITADA  
INDIRETA  
OBJETO DA LICITA O: SERVIÇOS DE  
TELEFONIA MÓVEL (CELULAR) E  
INTERNET MÓVEL.

---

O Conselho Regional de Enfermagem do Paraná – Coren-PR, Autarquia Federal criada pela Lei n  5.905/73, com Sede na Rua XV de Novembro, 279 – 7  andar, Curitiba-PR, CEP 80020-921, através de seu Presidente, Dr. Montgomery Pastorelo Benites, torna pública a ocorrência do presente pregão presencial que tem por objeto a presta o de serviços de telefonia móvel e internet móvel (descri o detalhada no t pico 8, abaixo). O Pregão será regido pela Lei n  10520/02, pelos Decretos n  3555/00 e subsidiariamente pela Lei n  8.666/93.

Dados sobre a sessão e o recebimento dos documentos de habilita o e das propostas:

- 1 - Local: Sede do Coren-PR na R. XV de Novembro, 279 – 7   andar – Curitiba-PR
- 2 - Data: 10 de Dezembro de 2009
- 3 - Credenciamento será iniciado às 9:00 h
- 4 - In cio da abertura das propostas: 10:00 h

O licitante interessado que não puder comparecer no local indicado ou não puder enviar preposto devidamente autorizado para representá-lo, poderá enviar os envelopes contendo os documentos de habilita o e as propostas através de correspondência. Dentro dessa correspondência devem existir 2 envelopes distintos, um

para os documentos de habilita o e outro para as propostas. Externo aos envelopes de proposta e habilita o deve constar a “Declara o de Habilita o”, modelo no Anexo I.

A correspondência deve ser enviada para o endereço da Sede do Coren-PR e chegar até o dia 09/12/09, do contrário a proposta não será considerada.

---

---

## 1. RELA O DE ANEXOS

---

---

Integram o Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Modelo de Declara o de Habilita o

Anexo II - Modelo de Procura o

Anexo III - Modelo de Declara o de não Emprego de Menor

Anexo IV - Minutas do Contrato

Anexo V - Planilha de Forma o de Preços

---

---

## 2. CREDENCIAMENTO

---

---

O credenciamento tem a finalidade de identificar os proponentes e seus eventuais procuradores que acompanharão a sessão nela atuando conforme seus poderes.

Será iniciado às 9:00 h com a apresenta o da documenta o necessária, especificada a seguir.

Os documentos referidos abaixo podem ser apresentados de uma das seguintes formas: (1) cópias autenticadas em cartório, ou (2) originais acompanhados de cópias simples que serão autenticadas por funcionário do Coren-PR:

- **Tratando-se de empresa individual**, quando o próprio empresário comparece   sessão: seu documento oficial de identifica o e Registro Comercial
- **Tratando-se de sociedade empresária**, quando o próprio representante legal (gerente, sócio, sócio-gerente) comparece   sessão: seu documento oficial de identifica o, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor,

devidamente registrado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obriga es em nome da empresa. Pode ser substituído por Certidão Simplificada da Junta Comercial.

- Caso o licitante se enquadre nas condi es e seja considerado **Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte**, conforme a Lei Complementar n  123/06, art. 3 , I e II, deverá fazer prova de tal condi o através de Certidão expedida pela Junta Comercial, como determina a Instru o Normativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio n  103/07, art. 8 . A certidão deve ser apresentada no momento do credenciamento, pelo próprio licitante ou pelo procurador.
- **Tratando-se se Procurador:** Procura o discriminando os poderes outorgados, podendo seguir o modelo que consta no Anexo II – Modelo de Procura o, acompanhada do documento correspondente, dentre os acima (conforme se trate de empresa individual, sociedade empresária, Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte) que comprove que o mandante que assina a procura o está autorizado a fazer a outorga de poderes. A não apresenta o da procura o não ocasionará a desclassifica o do licitante, mas impedir  o suposto procurador de se manifestar ou responder em nome do licitante. A incompletude dos poderes que seriam necessários para algum ato apenas impedir  a prática desse ato.

---

### 3. CONDI OES GERAIS DE PARTICIPA O

---

**Não poderá participar** do processo licitatrio na condi o de licitante:

- a. Empresa a que foi aplicada a san o de declara o de inidoneidade através de processo administrativo, na forma do art. 87, IV da Lei n  8666/93 ou do art. 7  da Lei n  10520/02;

- b. Empresa a que foi aplicada a san o de suspensão do direito de licitar através de processo administrativo, na forma do art. 87, III d Lei n  8666/93, durante a vigência da suspensão;
- c. Empresa estrangeira que não funcione no Brasil;
- d. Autor do termo de referência, seja pessoa física ou jurídica;
- e. Empresa da qual o autor do termo de referência possua mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, seja gerente, dirigente, acionista, controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- f. Empresa que possua vínculos, seja de natureza técnica, comercial, econ mica, financeira ou trabalhista com o autor do termo de referência, ou cujo responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, possua vínculo daquela espécie com o autor, ou cujo fornecedor dos bens e serviços necessários ao objeto do prego  o possua aquele tipo de vínculo com o autor;
- g. Servidor ou dirigente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná;
- h. Cooperativas de trabalho – conforme decisão nos autos da A o Civil Pública n  1082/02, datada 05/06/2003, impetrada pelo Ministério Público do Trabalho, que tramitou perante a 20  Vara do Trabalho de Brasília, na qual foi firmado acordo judicial pelo qual a União se comprometeu a não mais contratar cooperativas de mão-de-obra e ainda recomendar às suas autarquias, funda oes empresas públicas e sociedades de economia mista o estabelecimento dessas mesmas diretrizes (cláusula 5  do acordo) – tal acordo abrange as Autarquias Federais como o Coren-PR;
- i. Empresas reunidas em consórcio ou coliga o.

---

#### 4. IMPUGNA OES

---

Até 2 dias úteis antes de ocorrer a abertura das propostas, qualquer cidadão poderá impugnar o Edital por irregularidades na aplica o da legisla o mencionada no preâmbulo, protocolando requerimento direcionado ao Pregoeiro na Sede do  rg o. Essa impugna o será julgada e respondida em até 24 horas.

---

---

## 5. ESCLARECIMENTOS SOBRE O PREGÃO

---

---

Até 2 dias úteis antes de ocorrer a abertura das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos ou providências, protocolando requerimento direcionado ao Pregoeiro na Sede do órgão, ou através do e-mail [licitacao@corenpr.org.br](mailto:licitacao@corenpr.org.br). Essa solicitação será respondida em até 24 horas.

---

---

## 6. ASSINATURA DO CONTRATO

---

---

Homologado o processo de licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinatura do contrato através de correspondência, enviada para o endereço que informar na proposta, com aviso de recebimento (AR), ou através do e-mail informado com pedido de confirmação de recebimento.

O prazo para comparecimento e assinatura do contrato   de 2 dias úteis após a convocação, **apresentando planilha de preços readequada, conforme o lance vencedor.**

O procurador, com o devido instrumento de mandato, deverá comparecer no prazo mencionado na Sede do Coren-PR, das 9:00 às 16:00 horas, tratando com o membro da Comissão de Gestão de Contratos, Sr. Josenilson da Rocha Lima.

  condição para assinatura do contrato a manutenção das condições de habilitação requeridas nesse edital. Se, na data de assinatura do contrato, as certidões de regularidade fiscal apresentadas ainda estiverem dentro de seus prazos de validade, não será exigida nova apresentação. Do contrário, deverá ser apresentada nova certidão (ou certidões) válidas.

O não comparecimento, após regular convocação, no prazo estabelecido, autoriza o Coren-PR a convocar os licitantes remanescentes, seguindo a ordem de classificação, para assinarem o contrato nas mesmas condições do primeiro colocado, como autorizam a Lei n  8666/93, art. 64,   2  e a Lei Complementar n  123/06, art. 43,   2 .

---

---

## 7. SANOES

---

---

A aplicação de qualquer sanção será precedida de processo administrativo, regulado pela Lei n 9784/99, observando a legislação citada no preâmbulo e o seguinte:

**I. RECUSA EM ASSINAR O CONTRATO** – O caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou instrumento equivalente, após regular convocação, sujeitará o recusante à penalidade de multa de 5% do valor da proposta vencedora:

a. Eventual justificativa da impossibilidade de assinar o contrato ou instrumento equivalente deve ser apresentada em requerimento escrito na Sede do Coren-PR dentro do mesmo prazo para assinatura, sob pena de preclusão.

b. Não se aplicar tal sanção aos recusantes convocados na forma da Lei n 8666/93, art. 64,  2, ou da Lei Complementar n 123/06, art. 43,  2.

c. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município pelo prazo de 5 anos, conforme Lei n 10520/02, art. 7.

**II. ATRASO NA EXECUÇÃO** – O caso de atraso no início da execução do contrato ou de parcela do contrato, sujeitará o contratado  penalidade de multa de 5% do valor da proposta vencedora:

a. Eventual justificativa ou motivação de atraso deve ser apresentada em requerimento escrito na Sede do Coren-PR dentro do mesmo prazo previsto para o início da execução, sob pena de preclusão. A justificativa será julgada pela autoridade competente.

b. ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município pelo prazo de 5 anos, conforme Lei n 10520/02, art. 7.

**III. FALSA DECLARAO DE HABILITAO** – A falsa declarao de cumprimento pleno dos requisitos de habilitao sujeitará  declarao de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 anos, sem prejuízo de outras penalidades, Lei n 10520/02, art. 7.

---

## **8. OBJETO – DESCRIO DETALHADA**

---

O presente Pregão tem por objeto a contratao de empresa para prestar serviços de telefonia móvel (celular) e de internet móvel, conforme características abaixo.

**a. Características para telefonia móvel:**

a.a) Características mínimas:

- a. cobertura mínima: Paraná
- b. fornecimento (ou comodato) de aparelhos completos
- c. plano para, no mínimo, 3675 minutos por mês (considerando o total de linhas)
- d. gerenciamento de conta (comumente chamado de “gestor on line”)
- e. quantidade de linhas: 14
- f. entrega dos aparelhos habilitados na Sede do Coren-PR
- g. minutos excedentes em até 25% do total de minutos devem ter o mesmo custo por minuto do contrato (conforme Lei 8666/93, art. 65, 1)

a.b) Características que os proponentes podem agregar, mantendo a melhor proposta

- a. tarifa zero ou tarifa reduzida nas ligaes entre os números adquiridos

**b. Características mínimas para internet móvel:**

- b.a) quantidade de aparelhos (modem ou placa) e planos para uso em notebook e/ou computador: 6 (seis), todos com as mesmas características abaixo
- b.b) cobertura mínima: Paraná, admitida a cobertura por diferentes tecnologias conforme a região
- b.c) fornecimento (ou comodato) de aparelhos completos, incluindo modem, placa ou chip, enfim, o que for necessário para a adequada presta o do serviço
- b.d) velocidade máxima nominal do plano de pelo menos 1Mbps, admitidas varia es conforme mudanças de tecnologias que fazem a cobertura das diferentes regiões
- b.e) transferência de dados (franquia de dados): ilimitada
- b.f) entrega na Sede do Coren-PR

Tanto para telefonia quanto para internet móvel, as propostas devem observar as características mínimas, podendo agregar mais serviços, desde que o valor apresentado seja a melhor proposta da empresa, ou seja, a que conjugue as características mínimas e seja de menor custo.

---

## 9. HABILITA O – CONDI ES ESPECÍFICAS DE PARTICIPA O

---

Os documentos de habilita o poderão ser apresentados das seguintes formas:

- a. originais;
- b. cópias autenticadas em cartório;
- c. originais acompanhados de cópias simples que serão autenticadas pelo Pregoeiro ou por qualquer membro da equipe de apoio.

Poderão ser apresentadas certidões emitidas eletronicamente. Nesse caso ter o sua validade aferida nos sites respectivos.

Como cont do do Envelope de Habilita o o licitante interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Como Habilita o Jurídica

- 1.1. Cédula de identidade – tratando-se o licitante de pessoa física;
- 1.2. Registro comercial – tratando-se o licitante de empresa individual;
- 1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado - tratando-se o licitante de sociedade empresária. Pode ser substituído por Certidão Simplificada da Junta Comercial
- 1.4. Para Micro Empresas e Empresas de Pequeno porte: Certidão da Junta Comercial, conforme Instru o Normativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio n  103/07, art. 8 , caso não tenham apresentado no momento do credenciamento.

2. Como comprova o de Regularidade Fiscal

- 2.1. CPF – tratando-se o licitante de pessoa física;
- 2.2. CNPJ – tratando-se o licitante de pessoa jurídica;
- 2.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social, como determina a Constitui o Federal, art. 195,   3 .
- 2.4. Prova de regularidade com o FGTS – caso possua empregados.
- 2.5. Prova de regularidade fiscal com as fazendas públicas:
  - 2.5.1. Federal e d vida ativa da União (CND tributos federais);
  - 2.5.2. Estadual do domicílio da empresa (CND tributos estaduais);
  - 2.5.3. Municipal do domicílio da empresa (CND tributos municipais).

3. A Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte deve apresentar a documenta o quanto a regularidade fiscal mesmo que haja restri o. Nesse caso lhe será concedido o prazo de 2 dias para regulariza o, como determina a Lei Complementar n  123/06, art. 42 e 43,   1  e 2 .

4. Declara o de não emprego de menor – documento firmado pelo licitante declarando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condi o de aprendiz, a partir dos quatorze, atendendo ao contido na Constitui o Federal, art. 7 , XXXIII. Podendo seguir o modelo do Anexo III – Declara o de não emprego de menor.

Será inabilitado, não podendo participar de fases subsequentes, o licitante que deixar de apresentar qualquer dos documentos acima ou que apresentá-los incompletos.

---

---

## 10. PROPOSTAS – FORMA DE APRESENTA O

---

---

Deverá ser apresentado (ou encaminhado por correspondência, como descrito no Preâmbulo) um envelope para os documentos de habilita o e outro para as propostas.

O licitante interessado ou seu procurador, apresentar  documento, **externo aos envelopes de proposta e habilita o**, em que declara estar ciente de que cumpre plenamente os requisitos de habilita o, na forma da Lei n  10520/02, art. 4 , VII. Para isso, poderá ser seguido o modelo do Anexo I – Modelo de Declara o de Habilita o.

Os envelopes devem ser pardos (não transparentes) e indevassáveis.

Os envelopes devem ser identificados da seguinte forma:

**Envelope de Proposta:**

**(NOME OU RAZÃO SOCIAL)**

**(CNPJ)**

Envelope n  1 – Proposta

Edital n  011/2009

**Envelope de Documentos de Habilita o** – contendo os respectivos documentos:

<p style="text-align: center;"><b>(NOME OU RAZÃO SOCIAL)</b> <b>(CNPJ)</b> Envelope n� 2 – Habilita�o Edital n� 011/2009</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**A proposta deverá ser apresentada na forma do Anexo V – Planilha de Forma o de Preços.**

A proposta deve:

1. Indicar nome ou razão social da proponente, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletr nico;
2. Ser redigida em língua portuguesa, admitidas expressões técnicas de uso corrente em língua estrangeira;
3. Não conter rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas;
4. Ser datada, rubricada em todas as folhas e ao final assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, se assim credenciado;
5. Ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresenta o;
6. Observar a descri o do objeto da presente licita o, não alterando suas especifica es, características ou quantidades;
7. Indicar os preços em moeda corrente nacional, em algarismos, com 02 (duas) casas decimais, apurados   data de sua apresenta o, fixos e irrealizáveis. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o objeto da presente licita o;

8. Conter oferta precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condi o que não permita ou dificulte o julgamento objetivo.

Eventuais erros formais nas propostas poderão ser corrigidos pelo licitante ou por seu procurador, devidamente autorizado, se presente um ou outro   sessão.

Será desclassificado o licitante que apresentar proposta em desconformidade com o exigido ou cujo preço não seja aceitável.

---

## 11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

---

Compete ao Pregoeiro, com auxilio da equipe de apoio, receber as propostas, classificá-las, acompanhar os lances, analisar a aceitabilidade dos preços, bem como lhe cabe avaliar os documentos de habilita o, tudo seguindo o disposto neste Edital, na Lei n  10520/02, no Decreto n  3555/00 e subsidiariamente na Lei n  8666/93.

Todo o ocorrido constará da ata da sessão, que, como todos os documentos e propostas, será assinada pelos licitantes presentes ou por seus procuradores e pelo Pregoeiro e membros da equipe de apoio.

Ao Pregoeiro ou   autoridade superior   facultada, em qualquer fase da licita o, a promo o de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instru o do processo, não se admitindo, entretanto, a inclusão de documento ou informa o que deveria constar originariamente da proposta ou entre os documentos de habilita o.

Será seguido o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, considerando o CUSTO ANUAL.

As propostas serão classificadas em ordem crescente de valor. Serão selecionadas para a fase de lances verbais: a proposta de menor valor e as de valor até 10% superiores a ela, ou as imediatamente superiores até completar 3 propostas para participar dessa fase, exceto se não houver licitantes suficientes.

Dentre os selecionados, os lances serão iniciados seguindo a ordem da proposta de maior valor para a de menor valor e deverão ser sucessivos e decrescentes.

**A redu o mínima será de R\$ 100,00 (cem reais).**

Desistindo de apresentar lance verbal, será mantido o último preço proposto pelo licitante classificado e assim registrado para finalidade de ordenar as propostas.

Finalizados os lances, caso haja, dentre os licitantes, Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, assim devidamente identificada, que tenha apresentado preço não superior a 5% do menor preço obtido, será possibilitado que apresente proposta inferior no prazo de 5 minutos. Havendo mais de uma proponente nessa situa o, a possibilidade de reduzir a proposta caberá, em primeiro lugar,   de menor preço dentre elas. Empatadas as proponentes nessa situa o, o direito   redu o será apurado por sorteio na forma da Lei n  8666/93, art. 45,   2 .

Encerrada a etapa de lances, ou caso essa não ocorra, ou após o uso do direito de redu o tratado acima, será avaliada a aceitabilidade do preço, ou proposta, podendo o Pregoeiro negociar para obten o de menor preço.

Aceita a proposta, ou o lance, ou a negocia o, serão avaliados os documentos de habilita o. Estando em conformidade será declarado o vencedor.

Inabilitado o licitante da melhor proposta, será adotado o mesmo procedimento de avalia o dos documentos de habilita o das propostas seguintes, conforme a ordem de classifica o, até que o proponente esteja devidamente habilitado, admitindo-se sempre a negocia o para obten o de menor preço.

Havendo manifesta o de interesse de recorrer por parte de licitante cujo envelope de documentos de habilita o não precisou ser aberto, tal envelope permanecerá fechado e será mantido no processo. Passado o prazo para as razões de recurso sem sua apresenta o ou julgado improcedente o recurso, o envelope poderá ser retirado.

Não havendo manifesta o de interesse de recorrer, o envelope de documentos de habilita o que não precisou ser aberto será devolvido para o licitante ou seu procurador. Seguirá o processo para homologa o pelo Presidente do Coren-PR.

---

---

## 12. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

---

---

Foram apurados no Processo Administrativo n  27/2009, como média das pesquisas realizadas, o seguinte preço de referência que corresponderá ao preço máximo anual aceito pelo Coren-PR: **R\$ 27.134,25 (vinte e sete mil, cento e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**

---

---

### 13. CONDI OES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

---

---

Recebimento provisório: O responsável ou comissão, assim designado pelo CONTRATANTE, pelo acompanhamento receberá provisoriamente o objeto do Contrato, elaborando termo circunstanciado em até 15 dias após a comunica o formal da conclusão. O termo será assinado por ele e pela CONTRATADA ou por seu representante. Passado o prazo de 15 dias sem a emissão do termo, será considerado recebido provisoriamente o objeto.

Recebimento definitivo: O responsável ou comissão designada pelo CONTRATANTE, receberá definitivamente o objeto do Contrato, após prazo de observa o e vistoria que não exceder  90 dias, elaborando termo circunstanciado que será assinado pelo responsável ou comissão e pela CONTRATADA ou por seu representante. Passado o prazo de 90 dias sem a emissão do termo, será considerado recebido definitivamente o objeto.

Mesmo após o recebimento definitivo se mant m, para o contratado, a responsabilidade civil e  tico-profissional pela perfeita execu o, estando obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas custas, total ou parcialmente, o objeto sempre que se verificarem vícios, defeitos ou incorre oes.

---

---

### 14. CRITÉRIOS DE REAJUSTE

---

---

Durante a vigência do contrato os preços não serão reajustados.

São de admitir  reajustamento mediante requerimento formal do prestador em que demonstre terem ocorrido fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, que contribuíram para o retardamento ou impossibilitaram a execu o dos serviços ou o fornecimento dos materiais, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configure risco econ mico extraordinário e extracontratual.

---

---

## 15. CONDI OES DE PAGAMENTO

---

---

O pagamento correrá por conta da dota o orçamentária n  3.1.32.06.02.01 (Telefone) e 3.1.32.06.02.02 (internet).

O contratado apresentar  a nota-fiscal pertinente, onde devem ser indicadas as reten es dos impostos incidentes (como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP). Caso seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribui es das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota-fiscal a devida comprova o, a fim de evitar a reten o na fonte dos tributos e contribui es, de acordo com a Lei n  9317/96 e a LC n  123/06.

O pagamento será efetuado por meio de pagamento da Fatura, até a data de vencimento da fatura, após a presta o do serviço e observada a manuten o das condi es de habilita o, considerando-se como data do pagamento, o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da Ordem Bancária.

Em caso de irregularidade na presta o do serviço e/ou na nota-fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regulariza o.

Mesmo após a presta o do serviço, se mant m para o contratado a responsabilidade civil e  tico-profissional pela perfeita execu o, estando obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas custas, total ou parcialmente, o objeto sempre que se verificarem vícios, defeitos ou incorre es.

---

---

## 16. RECURSOS

---

---

A inten o de recorrer deve ser manifestada pelo licitante, ou seu procurador, de forma imediata e motivada, logo após a declara o do vencedor do item objeto de recurso, conforme prevê a Lei n  10520/02, art. 4 , XVIII e XX, sob pena de decadência.

Ao licitante que manifestar inten o de recorrer será concedido o prazo de 3 dias para apresentar as razões do recurso de forma escrita, na Sede do Coren-PR e endereçadas ao Presidente. Será possível consultar os autos, porém sem sua retirada, permitida a extra o de cópias.

Os demais licitantes com procuradores na sessão, ficarão nela intimados do prazo de 3 dias após as razões do recorrente para contra-razões a serem apresentadas de forma escrita, na Sede do Coren-PR e endereçadas ao Presidente. Os licitantes sem procuradores na sessão serão intimados por qualquer meio que assegure a ciência do prazo. Será possível consultar os autos, porém sem sua retirada, permitida a extra o de cópias.

Encerrado o prazo para contra-razões, o recurso será julgado em até 5 dias e então publicado na imprensa oficial.

---

---

## 17. DEMAIS DISPOSI ES

---

---

INABILITA O DE TODOS OS PROPONENTES OU DESCLASSIFICA O DE TODOS OS PROPONENTES – Quando todos os licitantes forem inabilitados ou quando todas as propostas forem desclassificadas, a critério do Presidente do Coren-PR e desde que não haja prejuízo, poderá ser fixado prazo de 8 dias úteis para que os licitantes apresentem os documentos de habilita o ou as propostas corrigindo os erros que levaram   inabilita o ou   desclassifica o.

NÃO APRESENTA O DE DECLARA O DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITA O – O licitante, ou procurador, que comparecer e não possuir, por esquecimento ou falha, a declara o de cumprimento dos requisitos de

habilita o (Anexo I), será permitido assinar tal declara o padrão que estará disponível no dia da sessão, elidindo a falta da declara o e permitindo a participa o.

LICITANTE QUE SE AUSENTAR DURANTE A SESSÃO – O licitante que quiser se ausentar durante a sessão, poderá deixar os envelopes de proposta e de documentos de habilita o. Entretanto, assinar  declara o, disponível no dia da sessão, em que se diz ciente de que ao ausentar-se estará automaticamente declinando do direito a fazer lances verbais, caso seja selecionado, bem como estará automaticamente desistindo de manifestar qualquer inten o de recorrer de qualquer ato passado ou decisão tomada na sessão do Pregão.

Curitiba, 27 de Dezembro de 2009.

Montgomery Pastorelo Benites  
Presidente do Coren-PR  
Coren-PR n  42747

Oscar Pelissari Machado  
Pregoeiro  
Portaria Coren-PR n  14/2009

---

ANEXO I - Modelo de Declara o de Habilita o

---

**DECLARA O DE HABILITA O**

\_\_\_\_\_ (razão social), inscrita no CNPJ/MF n  \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), DECLARA, sob as penas da lei, que preenche todos os requisitos para habilita o exigidos no Edital n  011/2009.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do procurador)

ou

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) indicados no contrato social  
ou documento cong nere e carimbos identificadores)

---

ANEXO II - Modelo de Procura o

---

**PROCURA O**

**Outorgante:** \_\_\_\_\_ (razão social), inscrita no CNPJ/MF n . \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_(endereço completo), por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s),

**Outorgado:** Sr. (a) \_\_\_\_\_ (qualifica o completa); inscrito no CPF n . \_\_\_\_\_; portador do RG n . \_\_\_\_\_, domiciliado em \_\_\_\_\_ (endereço completo),

**Poderes:** representar em todos os atos inerentes o Pregão Presencial regido pelo Edital n  011/2009 do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná – Coren-PR, podendo formular lances, complementar proposta, negociar preço, interpor recursos ou ressalvas, renunciar   interposi o de recursos, acordar, transigir, desistir, receber avisos e intima es, assinar declara es e assinar o Contrato oriundo da Licita o, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

(Local e data)

---

Razão Social

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) indicados  
no contrato social ou documento cong nere e carimbos identificadores).

**(Reconhecer Firma)**

---

ANEXO III - Modelo de Declara o de não Emprego de Menor

---

**DECLARA O DE NÃO EMPREGO DE MENOR**

\_\_\_\_\_ (razão social), inscrita no CNPJ/MF n . \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_(endereço completo), DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condi o de aprendiz, a partir dos quatorze, atendendo ao contido na Constitui o Federal, art. 7 , XXXIII.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do procurador)

ou

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) indicados no contrato social  
ou documento cong nere e carimbos identificadores)

---

ANEXO IV - Minutas de Contrato

---

**MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO N  \_\_\_\_ / \_\_\_\_ PARA PRESTA O DE SERVIÇOS TELEFONIA E INTERNET MÓVEIS, QUE ENTRE SI FAZEM O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ E A EMPRESA

\_\_\_\_\_  
Processo administrativo n  027/2009  
Edital n  011/2009

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ – Coren-PR** (Autarquia Federal criada pela Lei 5.905/73), CNPJ n  75.078.816-0001-37, com sede na R. XV de Novembro, 279 – 7  andar, Curitiba-PR, neste ato representado pelo seu Presidente, Dr. Montgomery Pastorelo Benites, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, registrada sob o número CNPJ \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, cargo/fun o \_\_\_\_\_, CPF n  \_\_\_\_\_, RG n  \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam este Contrato que será regido pelas condi es do Edital supramencionado e seus anexos, pela proposta da Contratada, pelos preceitos de Direito Público, em especial, pela Lei n  10520/02, pelo Decreto n  3555/00, e altera es; e pela Lei Complementar n  123/06, e demais normas pertinentes, pela Lei n  8666/93, e, supletivamente pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e pelas disposi es de direito privado, mediante as seguintes cláusulas e condi es.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a presta o de serviços de telefonia e internet móveis, com as características abaixo:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Para TELEFONIA MÓVEL as características são:

- a. cobertura: Paraná
- b. \_\_\_\_\_ (preencher com: *fornecimento* ou *comodato*) de aparelhos completos \_\_\_\_\_ (preencher com o nome dos aparelhos informados na proposta da Contratada)
- c. plano \_\_\_\_\_ (preencher com o nome do plano e suas características, informados na proposta da Contratada)
- d. Plano de \_\_\_\_\_ (preencher conforme a proposta da Contratada, observado o mínimo exigido) minutos por mês (considerando o total de linhas)

- e. gerenciamento de conta (comumente chamado de “gestor on line”)
- f. quantidade de linhas: 14
- g. entrega dos aparelhos habilitados na Sede do Coren-PR
- h. minutos excedentes em até 25% do total de minutos devem ter o mesmo custo por minuto do plano contratado (conforme Lei 8666/93, art. 65, §1º)
- i. \_\_\_\_ (preencher com outras características informadas na proposta da Contratada, não previstas nos itens anteriores)

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Para INTERNET MÓVEL as características são:

- a. cobertura: Paraná, admitida cobertura por diferentes tecnologias conforme a região
- b. \_\_\_\_ (preencher com: *fornecimento* ou *comodato*) de aparelhos completos \_\_\_\_ (preencher com o nome dos aparelhos informados na proposta da Contratada)
- c. quantidade de aparelhos e planos: 6
- d. velocidade máxima nominal do plano \_\_\_\_ (preencher conforme a velocidade informada na proposta, sendo de pelo menos 1 Mbps), admitida a alteração da velocidade conforme a região e a tecnologia de cobertura
- e. transferência de dados (franquia de dados): ilimitada
- f. entrega na Sede do Coren-PR
- g. \_\_\_\_ (preencher com outras características informadas na proposta da Contratada, não previstas nos itens anteriores)

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DO OBJETO**

A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante a celebração de Termo Aditivo, os acréscimos ou as supressões nos serviços objeto deste Contrato que se fizerem necessários ao CONTRATANTE, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, ou as supressões resultantes de acordo entre os contratantes, na forma prevista nos §§ 1º e 2º, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

O presente Contrato poderá ser alterado nos casos, por iniciativa da parte mencionada e nos termos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante a celebração de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA QUARTA – DO CONTRATO E SUA VIGÊNCIA**

O início do contrato, seu regime de execução e sua vigência regem-se pelas seguintes disposições.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Integram o presente Contrato, regulando sua execução, para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcrição:

- 1) a íntegra do Edital nº 011/2009;
- 2) a proposta da CONTRATADA;
- 3) os preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A resolução dos casos omissos, observará os preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos

Contratos e as disposi es de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n  8.666/93, combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura. Poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, a critério do CONTRATANTE, mediante a celebra o de Termo Aditivo entre as partes, limitada a vigência do contrato a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n  8.666/93.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A prorroga o dependerá da realiza o de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para o CONTRATANTE, das condi es e dos preços contratados, justificando a manuten o do Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS, OBRIGA ES, PRERROGATIVAS E RESPONSABILIDADES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – São PRERROGATIVAS ou DIREITOS do CONTRATANTE:

- a) Alterar unilateralmente o Contrato, nos casos previstos, resguardando os direitos da CONTRATADA.
- b) Rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos previstos, resguardando os direitos da CONTRATADA.
- c) Fiscalizar e conferir, em todos os aspectos, a execu o do Contrato, designando o seu Fiscal, rejeitando, total ou parcialmente o objeto que não estiver de acordo com o Contrato. O acompanhamento e a fiscaliza o da execu o deste Contrato serão exercidos no interesse do CONTRATANTE e não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos, nem implica em co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes ou prepostos.
- d) Comunicar   CONTRATADA, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a presta o do serviço contratado, fixando prazo para sua corre o.
- e) Quando cometida pela CONTRATADA alguma infra o prevista nesse Contrato, aplicar, após o devido processo administrativo, as san es cabíveis.
- f) Negociar as altera es Contratuais nos casos em que dependem consenso.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – São RESPONSABILIDADES do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento correspondente   execu o do serviço contratado, nos termos e nas condi es especificadas neste Contrato.
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa executar os serviços contratados com observância às regras preestabelecidas neste Contrato e nos instrumentos que o integram.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – São DIREITOS da CONTRATADA:

- a) Ter mantido o equilíbrio entre seus encargos e a retribui o por parte do CONTRATANTE.
- b) Ser indenizada pelos danos eventualmente decorrentes da supressão do objeto, desde que regularmente comprovados.

**PARÁGRAFO QUARTO** – São OBRIGA ES da CONTRATADA:

- a) Executar o serviço em conformidade com as regras e especifica es deste Contrato e dos instrumentos que o integram, implantar, de forma adequada, a planifica o, execu o e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter

- uma opera o correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante.
- b) Manter preposto como seu representante, indicando formas de contato, como endereço e telefones.
  - c) Comunicar qualquer ocorrência, imediatamente, ao Fiscal do Contrato.
  - d) Manter durante toda a execu o do objeto as condi es de habilita o exigidas no Edital supramencionado.
  - e) Atender imediatamente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, quaisquer exigências ou esclarecimentos formulados pelo Fiscal do Contrato, relacionadas   execu o do serviço contratado.
  - f) Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade ou irregularidade que venha a verificar na execu o do serviço contratado.
  - g) Não transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato, sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
  - h) Aceitar, nas mesmas condi es contratuais e mediante a celebra o de Termo Aditivo, os acréscimos ou as supressões no serviço objeto deste Contrato que se fizerem necessários ao CONTRATANTE, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma prevista no   1  do art. 65 da Lei n  8.666/93.
  - i) Quando se observarem, ainda que após o recebimento definitivo, quanto ao objeto do contrato ou sua parcela, vícios, defeitos ou incorre es, resultantes da m  execu o, deverá, às suas custas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, elidindo o vício, defeito ou incorre o.

**PARÁGRAFO QUINTO – São RESPONSABILIDADES da CONTRATADA:**

- a) Os danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execu o do contrato, responsabilidade que não fica excluída ou sequer reduzida pela fiscaliza o e acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- b) Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execu o do contrato, responsabilidade que não se transfere para o CONTRATANTE no caso de inadimplência da CONTRATADA.
- c) Lançar na Nota Fiscal/Fatura as especifica es do serviço contratado, prestados no mês a que se refere.
- d) Manter as responsabilidades contratuais e legais nos casos de subcontrata o.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DAS CONDI ES DO PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O custos dos serviços será de R\$ \_\_\_\_\_ (extenso) mensais para os serviços de TELEFONIA MÓVEL e de de R\$ \_\_\_\_\_ (extenso) mensais para os serviços de INTERNET MÓVEL, conforme Planilha de Forma o de Preços apresentada pela CONTRATADA. \_\_\_\_\_ (preencher com demais características dos planos de telefonia e internet móveis, conforme proposta da Contratada, que diga respeito aos custos dos serviços).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mensalmente, após a presta o dos serviços, a CONTRATADA deverá lançar na Nota Fiscal/Fatura as especifica es do serviço prestados, objeto deste Contrato. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribui es das Microempresas e Empresas de

Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprova o, a fim de evitar a reten o na fonte dos tributos e contribui es, de acordo com a Lei n  9.317/96 e a LC n  123/06. A CONTRATADA, na emissão da Nota Fiscal/Fatura mensal, deverá destacar a reten o para a Seguridade Social, na conformidade e montante estipulado na Lei 8.212/91, e suas altera es posteriores, sendo este valor retido pelo CONTRATANTE e por ele repassado ao INSS, na forma da legisla o específica em vigor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** — No texto da Nota Fiscal/Fatura deverá constar obrigatoriamente o objeto da presta o de serviço, o mês de referência do serviço prestado e a data de vencimento.

**PARÁGRAFO QUARTO** — O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, em moeda nacional, por meio de pagamento da Fatura, até a data de vencimento da fatura, condicionado o pagamento   verifica o da conformidade dos serviços aos termos do contrato e dos documentos que o integram.

**PARÁGRAFO QUINTO** — Para a realiza o de qualquer pagamento, a CONTRATADA deverá manter, ou comprovar que mant m, as condi es de habilita o exigidas no Edital supramencionado.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Nenhum pagamento será efetuado   CONTRATADA enquanto estiver pendente de quita o qualquer obriga o financeira para com o CONTRATANTE, que lhe tenha sido imposta em decorrência da aplica o de penalidade contratual resultante do devido processo legal.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Salvo condi o mais benéfica para o CONTRATANTE, nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, fica convencionado que os encargos moratórios devido pelo CONTRATANTE, entre a data em que o pagamento   devido e a data do efetivo pagamento, serão calculados mediante a aplica o da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I =  ndice de atualiza o financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%(seis por cento)

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,0001644$$

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

Pela inexecu o total ou parcial do contrato,   CONTRATADA serão aplicadas as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei n  8.666/93, sempre observado o devido processo legal, que assegure o contraditório e o direito   ampla defesa:

- a) advertência por escrito;

- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE os prejuízos resultantes da inexecução contratual e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada com base na alínea anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A aplicação das penalidades fixadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do *caput* é de competência exclusiva do Coren-PR.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A aplicação da penalidade estabelecida na alínea “d” do *caput* é de competência exclusiva do Ministro de Estado a que se vincula o CONTRATANTE, facultada a defesa da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos da sua aplicação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A penalidade de multa, de que trata a alínea “b” do *caput* será aplicada à CONTRATADA da seguinte forma, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do Contrato, por ato unilateral do CONTRATANTE:

- a) pelo atraso ou interrupção injustificados na prestação dos serviços objeto do contrato, será aplicada multa de mora diária, calculada à razão de 0,3% (três décimo por cento) sobre o valor mensal do serviço contratado, limitado a 2% (dois por cento) do valor mensal do serviço contratado;
- b) pelo atraso ou interrupção no serviço contratado, por período superior a 30 (trinta) dias, corridos ou intercalados, será aplicada multa de mora de 2% (dois por cento) do valor mensal do serviço contratado; e multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre esse valor;
- c) pelo cumprimento irregular ou pela inexecução parcial da contratação, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação relativa aos serviços executados irregular ou parcialmente;
- d) pelo descumprimento total da contratação será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor anual da contratação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Se o valor da multa aplicada não for recolhido aos cofres do CONTRATANTE pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação da decisão definitiva do CONTRATANTE, poderá ser ele descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE e, na impossibilidade de se proceder a descontos, será o valor inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente pelo CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO QUINTO** – As penalidades previstas no *caput* serão aplicadas isoladas ou cumulativamente à de multa.

**PARÁGRAFO SEXTO** – As penalidades previstas nesta Cláusula só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado, comprovado pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

Este contrato poderá ser rescindido nos casos e nos termos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei n  8.666/93.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTA O ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da dota o orçamentária n  3.1.32.06.02.01 (Telefone) e 3.1.32.06.02.02 (internet).

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA EFICÁCIA DO CONTRATO**

Este Contrato s  terá eficácia depois de publicado seu extrato no  rg o Oficial, em conformidade com o disposto no   1  do art. 61 da Lei n  8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publica o do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no  rg o Oficial, até o 5  (quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Apesar do disposto no PARÁGRAFO PRIMEIRO, a assinatura do Contrato pelo CONTRATANTE importa em autoriza o para o início da execu o do seu objeto pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA DOZE – DO FORO**

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Se o Judiciária de Curitiba, com a exclusão de qualquer outro.

Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para os mesmos fins e efeitos de direito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Dr. Montgomery Pastorelo Benites  
Presidente  
**Conselho Regional de Enfermagem  
do Paraná**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha 1**  
**Nome, CPF, RG**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha 2**  
**Nome, CPF, RG**

ANEXO V - Planilha de Forma o de Preços

**PLANILHA DE FORMA O DE PREÇOS**

Razão Social	
Endereço	
CNPJ	
Insc. Estadual	
Insc. Municipal	
Telefone	
e-mail	

**TELEFONIA MÓVEL (\*)**

- cobertura mínima: Paraná
- fornecimento (ou comodato) de aparelhos completos
- plano para, no mínimo, 3675 minutos por mês (considerando o total de linhas)
- gerenciamento de conta (comumente chamado de "gestor on line")
- quantidade de linhas: 14
- entrega dos aparelhos habilitados na Sede do Coren-PR
- minutos excedentes em até 25% do total de minutos devem ter o mesmo custo por minuto do contrato (conforme Lei 8666/93, art. 65,  1 )

descrever as características dos aparelhos:

descrever as características do plano (ou planos):

**Valor mensal**      **R\$**

**VALOR ANUAL**      **R\$**

\* - Conforme características mínimas descritas no t pico 8 do Edital.

**INTERNET MÓVEL (\*)**

- quantidade de aparelhos (modem ou placa) e planos para uso em notebook e/ou computador: 6 (seis), todos com as mesmas características abaixo
- cobertura mínima: Paraná, admitida a cobertura por diferentes tecnologias conforme a região
- fornecimento (ou comodato) de aparelhos completos, incluindo modem, placa ou chip, enfim, o que for necessário para a adequada presta o do serviço
- velocidade máxima nominal do plano de pelo menos 1Mbps, admitidas varia es conforme mudanças de tecnologias que fazem a cobertura das diferentes regiões
- transferência de dados (franquia de dados): ilimitada
- entrega na Sede do Coren-PR

<b>INTERNET MÓVEL (*)</b>	
descrever as características dos aparelhos:	
descrever as características do plano (ou planos):	
<b>Valor mensal</b>	<b>R\$</b>
<b>VALOR ANUAL</b>	<b>R\$</b>

\* - Conforme características mínimas descritas no t pico 8 do Edital.

<b>CUSTO TOTAL ANUAL DA PROPOSTA</b>	<b>R\$</b>
--------------------------------------	------------

**Validade da proposta:** 60 dias

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do procurador) ou (assinatura do(s) representante(s) legal(is)  
indicados no contrato social ou documento cong nere e carimbos identificadores)